

Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho

Moroni de Almeida Vidal

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
moronialmeidavidal@gmail.com

Resenha da Obra: FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial:** pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

A obra “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho”, escrita por Malcom Ferdinand, foi publicada originalmente em francês (*Une écologie décoloniale: penser l'écologie depuis le monde caribéen*) no ano de 2019. Cerca de três anos depois, o livro foi traduzido ao inglês e ao português, ambos com publicação em 2022. E no ano de 2023, especificamente no mês de março, o autor participou de eventos para discutir as temáticas abordadas em sua obra, em diversas cidades brasileiras, como: Belo Horizonte, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador.

Malcom Ferdinand, nasceu na Martinica, região localizada no Caribe ainda pertencente à França, no ano de 1985. Sua formação acadêmica foi realizada na Europa: sendo a graduação em Engenharia Ambiental pela *University College London*, no Reino Unido, e o doutorado em Filosofia Política e Ciência Política pela *Université Paris Diderot (Paris 7)*, na França. Ademais, Ferdinand é pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)* e atua no *Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales (Irisso)* da *Université Paris Dauphine-PSL (Paris 9)*. O livro “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho”, possui 320 páginas e é dividido em: prefácio, escrito pela filósofa e ativista Ângela Yvonne Davis; prólogo; quatro partes que totalizam 17 capítulos; epílogo e posfácio escrito pelo antropólogo e documentarista Guilherme Moura Fagundes.

No prefácio, Ângela Y. Davis tece elogios às reflexões propostas por Malcom Ferdinand, afirmando inclusive que este é um livro que ela gostaria de ter lido quando

buscou compreender as inter-relacionalidades de gênero, raça e classe. A filósofa também argumenta que a obra contribuiu para que ela realizasse uma autocrítica em relação às formas de compreender as intersecções entre antirracismo e consciência ambiental, citando ainda o caso do envenenamento das fontes de suprimento de água de Flint¹, cidade do estado de Michigan, nos Estados Unidos, em 2014. Este envenenamento representou graves impactos socioambientais para as populações locais, majoritariamente pretas e com grande número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

No prólogo do livro, intitulado “Uma dupla fratura colonial e ambiental: o Caribe no centro da tempestade moderna”, Malcom Ferdinand argumenta que não se pode pensar nas destruições ambientais como algo que acontece independentemente das destruições sociais e políticas, já que as pessoas e grupos são afetadas de formas distintas, de acordo com o seu *locus* na sociedade. Assim, para defender sua proposta, o autor discute que é necessário constatar a existência de uma “*dupla fratura colonial e ambiental da modernidade*” que por sua vez “separa a história colonial e a história ambiental do mundo” (Ferdinand, 2022, p.23). A partir deste conceito, o engenheiro ambiental e filósofo procura sublinhar as distâncias entre os movimentos ambientais e ecologistas com os movimentos pós-coloniais e antirracistas.

A primeira parte, foi intitulada “A tempestade moderna: violências ambientais e rupturas coloniais”, e nela Ferdinand argumenta que a “tempestade ecológica em curso”, que pode ser entendida como os desastres e crimes socioambientais atuais, estão associados ao ato de “habitar”, que foi violentamente imposto pela colonização do continente americano. Para o autor, o “habitar colonial”, possui três fundamentos principais: a usurpação de terras, o desbravamento/desmatamento e o massacre de ameríndios e a dominação das mulheres (Ferdinand, 2022, p.56). Ferdinand defende ainda, que a colonização promoveu um matricídio, já que “a colonização significou a passagem de uma terra que venerava uma mãe para uma terra que venerava um pai” (Ferdinand, 2022, p.62).

Assim, o autor defende que há no habitar colonial uma dimensão patriarcal que fica explícita também pela promoção de uma ruptura da forma que ameríndios se relacionavam com a Terra, e pela distribuição dos recursos financeiros obtidos com a exploração da natureza. Outro ponto discutido, é a escravização da população africana e

¹ Para mais informações, Ângela Davis cita no prefácio o artigo “Flint, Environmental Racism, and Racial Capitalism” de Laura Pulido.

a destruição dos laços comunitários e dos pertencimentos com a Terra em que viviam antes de serem escravizados. Ferdinand também aborda como a linguagem foi utilizada para transformar discursivamente os africanos pretos em “recurso energético”, já que também eram denominados como “madeira de ébano” (Ferdinand, 2022, p.80).

Outro conceito importante para compreender a obra do autor, pertencente à primeira parte do livro, é o de “política do ciclone colonial”, que pode ser compreendido como a transformação de catástrofes, que podem ser naturais ou produzidas pela ação humana, em eventos que geram lucro e que “reforçam os fundamentos coloniais no mundo”, ou seja as exclusões e desigualdades construídas historicamente no continente americano desde o período da colonização (Ferdinand, 2022, p.86).

A segunda parte, “A arca de Noé: quando o ambientalismo recusa o mundo”, contém críticas do autor ao ambientalismo, a partir da metáfora da “arca de Noé”. Ferdinand argumenta que assim como a arca de Noé, que representa essa embarcação que reproduz “mecanismos de subjugação e dominação” ao determinar eleitos e excluídos (aqueles que não podem adentrar a arca), existe um ambientalismo globalizante que reproduz estas dinâmicas da “política do embarque” (Ferdinand, 2022, p.105). Dessa forma, o autor constrói um conjunto de conceitos que explicitam as problemáticas de um certo ambientalismo no presente, utilizando como argumentos, casos de impactos socioambientais diversos: reflorestamento no Haiti, reservas naturais em Porto Rico e a utilização de substâncias tóxicas nas plantations, em especial da Martinica e de Guadalupe.

“O navio negreiro: sair do porão da modernidade em busca de um mundo”, é o título da terceira parte, na qual Ferdinand (2022, p.155) afirma que “o navio negreiro é a arkhé do mundo crioulo em seu duplo sentido de começo e fundamento”. Assim, o engenheiro ambiental e filósofo reflete que o navio negreiro “representa os preceitos políticos, sociais e morais que estruturam as relações com a natureza, com a Terra e com o mundo” e que nisso reside uma “política do desembarque”, que pode ser entendida como “as disposições e engenharias sociais e políticas que conferem às pessoas uma relação de alienação com seu corpo, com a Terra e com o mundo” (Ferdinand, 2022, p.155-156).

Outro ponto interessante discutido nesta parte, é a defesa que o autor faz do ato de aquilombamento enquanto resistência não só contra a escravidão, mas também às plantations. Destarte, Ferdinand reconhece que o ato de aquilombar assumiu diferentes formas, de acordo com a colônia e a geografia do local e que podem ser compreendidos como uma resistência ecológica. Ferdinand também reflete que as mulheres participaram

do aquilombamento em proporção menor, pois nem todas tinham as condições para participar da fuga e em alguns graus ainda havia a reprodução de algumas desigualdades entre homens e mulheres (Ferdinand, 2022, p.177). Apesar disso, o autor identifica algumas mulheres que praticaram o aquilombamento de distintas formas, e buscaram subverter a fratura colonial e ambiental, como: Queen Nanny, que foi líder de um quilombo no século XVIII, na Jamaica; Harriet Tubman, que comandou sozinha treze missões no sul dos Estados Unidos para libertar escravizados; Sojourner Truth, “que escapou de uma plantation com a filha e ganhou um processo para recuperar o filho, atesta que a afirmação de uma dignidade humana em oposição à escravidão também passa pela afirmação de sua dignidade de mulher (‘Ain’t I a woman?’)” (Ferdinand, 2022, p.178-179). Os casos de Harriet Tubman e de Sojourner Truth, foram abordados com maiores detalhes por Ângela Davis (2016) em sua obra “Mulheres, raça e gênero”, que também compreende a importância de não desassociar estas categorias.

Na quarta parte, “Um navio-mundo: fazer-mundo para além da dupla fratura”, Malcom volta a criticar o ambientalismo que defende um retorno a uma “natureza” idealizada. Para o autor, este retorno comumente significa ir em direção a uma “natureza virgem”, imposta pela visão colonial, e que por vezes “[...] produziram reservas e parques naturais que são pensados contra os povos historicamente presentes” (Ferdinand, 2022, p.218). Também, promove a coexistência do interesse em visitar estes locais com apelos “naturais”, sem necessariamente se preocupar ou se engajar em movimentos contra os impactos socioambientais para as regiões fora dos parques e reservas e para as populações que vivem nestas regiões.

Uma das potencialidades na obra do autor, é articular diferentes dimensões da colonialidade, especialmente as explorações de gênero, raça e natureza:

O controle das mulheres e das matrizes da Terra foi parte integrante do habitar colonial, como demonstram as experiências coloniais das Américas, da Oceania e da África. O corpo das mulheres escravizadas foi objeto das discussões de outros, fossem eles abolicionistas ou pró-escravidão, que as despojaram da responsabilidade pelo próprio corpo. Sob o regime da escravidão nas Américas, a criança em gestação no ventre de uma mulher em condição de escravidão tornava-se propriedade do senhor da plantation. A matriz das mulheres, assim como as terras férteis, permanecia escravizada do habitar colonial. Do mesmo modo, autoridades coloniais tentaram moldar deliberadamente as matrizes, ora por meio de políticas de infertilidade, como na ilha da Reunião, ora com políticas coloniais de branqueamento na Austrália, onde crianças aborígenes foram raptadas e impelidas a se reproduzir com Brancos por várias gerações. Controlar e explorar o ventre das mães racializadas e explorar o ventre da Terra fazem parte de uma mesma destruição (Ferdinand, 2022, p.230).

Assim, o autor defende que não se deve desassociar as explorações e opressões de gênero, de raça e de natureza, já que esta desassociação é justamente uma das causas das fraturas coloniais e ambientais que perpetuam impactos socioambientais pela Terra, em especial aos países do Sul Global. O entrecruzamento destas categorias, também vai de encontro à crítica da cientista social Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2019, p.175) ao feminismo branco “que está preso na armadilha da família” e por vezes não é capaz de considerar as “variáveis de raça e classe”.

A importância de integrar estas temáticas, também é assinalada por alguns profissionais da história ambiental na América Latina, como a historiadora Claudia Leal (2018, p.248), que reflete que é necessário “alterar a visão geral da história: fazer-nos ver o mundo como um todo e inter-relacionado, sem os muros que construímos ao redor do que identificamos como ‘social’”. Ao encontro destas discussões, o autor reflete no epílogo, “Fazer-mundo diante da tempestade”, que:

Ao lado da urgência ambiental de uma limitação do aquecimento global e do fim das destruições dos ecossistemas da Terra, coloco urgências iguais: de uma redistribuição mundial das riquezas e de uma justiça social; da tarefa decolonial de reconhecer um lugar digno no mundo para os povos originários, para os ex-colonizados e para as pessoas racializadas; e de uma igual consideração social e política das mulheres, particularmente das mulheres racializadas das ex-colônias europeias. Sim, a ecologia é acima de tudo uma questão de justiça. A crise ecológica é uma crise de justiça. Enfrentar a urgência dessa tempestade ecológica exige voltar às origens dessa crise, assim como às origens da justiça ambiental e da justiça climática (Ferdinand, 2022, p.267).

Neste aspecto, o autor critica os “partidários ambientalistas do Antropoceno”, por exporem a angústia de um colapso ambiental, sem exigirem justiça pelos “colapsos passados” e presentes, como as escravidões, os genocídios e as desigualdades sociais. Destarte, Ferdinand defende, ao longo da obra, o uso do termo “Plantationoceno”, por entender que “No nível histórico, o Plantationoceno restabelece uma historicidade das mudanças ambientais globais sem apagar os fundamentos coloniais e escravagistas da globalização” (Ferdinand, 2022, p.66). O autor também justifica o uso do termo “Plantationoceno” em nível material e econômico, geográfico, político e cosmopolítico. Ademais, defende que: “Para além da agricultura, as *plantations* assumem a forma de indústrias extrativas de minérios raros usados nos computadores e telefones celulares e de *‘plantations’* terrestres e marinhas de poços de petróleo” (Ferdinand, 2022, p.67).

Ao encontro destas discussões, o antropólogo e documentarista Guilherme Moura Fagundes escreveu o posfácio com o título “Sociedade contra a Plantation: uma ressemantização ecológica dos quilombos”. Fagundes reforça a importância da obra de

Malcom Ferdinand ao defender os quilombos como uma forma de resistência ecológica às plantations, compreendendo sua dimensão de exploração racial, de gênero e ambiental. O antropólogo aproxima as discussões do livro com a realidade brasileira citando intelectuais como Abdias do Nascimento e eventos históricos do Brasil. Além disso, defende que o socioambientalismo brasileiro, que remonta à luta sindical de Chico Mendes e dos integrantes da Aliança dos Povos da Floresta, no Acre, promove um ambientalismo crítico sem desconsiderar as desigualdades sociais, explorações e opressões históricas. Entretanto, reconhece que ainda existe no Brasil, um ambientalismo que carrega o pensamento colonial.

Dessa forma, o livro “Uma ecologia decolonial” contém reflexões instigantes que promovem olhar integrado para as diversas formas de exploração oriundas do colonialismo histórico e da colonialidade. A obra pode e deve ser lida por profissionais de diversas áreas e não deve se limitar a pesquisadores das ciências humanas ou de áreas ambientais, já que implica em reflexões que atravessam inúmeras dimensões da vida humana e não humana em âmbito global.

O historiador, Dipesh Chakrabarty reflete diante da crise ambiental contemporânea que “A história ambiental global poderia usar o passado como um prólogo para um futuro alternativo” (Chakabarty, 2008 *apud* Corona, 2008, p.243). Assim, Malcom Ferdinand, apesar de não ser historiador, organizou e sistematizou conceitos que são ferramentas poderosas para lidar com as fraturas coloniais e ambientais no transcurso da história, e dessa forma, a compreensão destas fraturas constituídas no passado e que ainda reverberam no presente podem contribuir para a construção de um futuro distinto dos propostos pelos colapsólogos que preveem um colapso ambiental desassociado das questões de gênero, raça e classe.

Referências

CORONA, Gabriella. What is Global Environmental History? Conversation with Piero Bevilacqua, Guillermo Castro, Ranjan Chakrabarti, Kobus du Pisani, John R. McNeill, Donald Worster. **Global Environment**, Cambridgeshire, v.2, p.228-249, 2008.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEAL, Claudia. Aguzar la mirada colectiva, el gran desafío de la historia ambiental latino-americana. **Hist. Soc.**, Medellín, n. 36, p. 243-263, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; Ramón Grosfoguel. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SOBRE O AUTOR

Moroni de Almeida Vidal é mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); membro do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (Labimha-UFSC) e dos grupos de pesquisa "Circulação de saberes, Natureza e Agricultura" e "Cidade, Cultura e Diferença" (Univille).

Recebido em 04/10/2024

Aceito em 05/02/2025